

Abolicionismo moral e feminismo: diálogo entre Hinkfuss e West

Letícia Ferruzzi Sacchetin¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise comparativa entre o abolicionismo moral desenvolvido por Hinkfuss, no seu artigo *To Hell With Morality* - posterior a teoria do erro - e a recusa do abolicionismo proposto por Caroline West, em seu artigo *Should Feminists Be Moral Error Theorists?* O interesse por fazer dialogar os dois textos supracitados se dá justamente pela dificuldade que o abolicionismo enfrenta ao pensar em questões de cunho prático-político, como questões feministas.

Palavras-chave: Abolicionismo. Hinkfuss. West. Feminismo. Moralidade.

Abstract: The aim of this paper is to make a comparative analysis between the moral abolitionism developed by Hinkfuss in his article *To Hell With Morality* - later the theory of error - and the refusal of abolitionism proposed by Caroline West in his article *Should Feminists Be Moral Error Theorists?* The interest in bringing the two texts mentioned above together is precisely because of the difficulty that abolitionism faces when thinking about practical-political issues, such as feminist issues.

Key words: Abolitionism. Hinkfuss. West. Feminism. Morality.

Introdução

Depois da formulação da teoria do erro, diversos filósofos e teóricos do erro buscaram formular uma resposta, ou seja, uma vez que se tem o problema da teoria do erro formulado, o que fazer? Existiram respostas com base no abolicionismo, no ficcionalismo, no conservadorismo, no propagandismo, entre outras, mas o maior problema que encontramos em relação a formulação dessas respostas é num âmbito prático e político. Como seria possível abolir a moral não apenas teoricamente, mas também na prática? Como ficariam as lutas sociais diante dessa mudança? O que faremos aqui, será apresentar brevemente o problema da teoria do erro, posteriormente detalhar o

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área de Bioética. É especialista em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), bacharela em Filosofia pela UFMG e graduanda em Medicina pela UNOESTE.

que consiste o abolicionismo moral apresentado por Hinckfuss e quais as vantagens desse teoria para, por último, apresentar o problema do abolicionismo moral, refutado por West, numa visão feminista do assunto. O ponto central, portanto, será fazer dialogar o abolicionismo moral de Ian Hinckfuss e a crítica de Caroline West, com base num posicionamento feminista prático-político.

A frase de abertura do primeiro capítulo de *Ethics: Inventing Right and Wrong*, de Mackie (1977, p. 15), é: **não existem valores objetivos**.² A ideia não é discorrer sobre todos os possíveis valores, mas de trabalhar especificamente com os valores morais, ainda que Mackie ressalta que seria possível estender a ideia de não existir valores para o campo da estética, por exemplo. Pensar que não existem valores *morais* objetivos, implica dizer que “certo/ errado”, “obrigação”, “dever” não fazem parte propriamente do mundo. O objetivo do Mackie pode ser chamado de ceticismo moral, mas não deve ser confundido com assumir uma posição que ignora ou rejeita a moralidade sobre a qual foi criado. Nosso autor não está interessado em uma avaliação de primeira ordem, sobre o que é certo ou não, mas sim na avaliação de segunda, que implica na reflexão sobre a natureza da moral, sobre o que é o certo e o que é o errado. A ideia, portanto, de que não existem valores objetivos morais no mundo é o que caracteriza a Teoria do Erro, sobre a qual Mackie (1977, p. 13) diz:

Mas a negação dos valores objetivos deverá ser defendida não como resultado de uma abordagem analítica, mas como uma “teoria do erro”, uma teoria que diz que, embora a maioria das pessoas, ao formular juízos morais, implicitamente afirme, entre outras coisas, apontar a algo objetivamente prescritivo, essas afirmações são todas falsas.

Para isso, a Teoria do Erro se baseia em dois argumentos: (1) da relatividade e (2) da estranheza. Mackie (1977, p. 13) diz que o argumento da relatividade parte da seguinte lógica: por existir uma extensa variação de códigos morais, que altera espaço/temporalmente, e também de acordo com classes e grupos dentro de uma mesma comunidade, é difícil pensar numa moralidade que defina o que é *certo* e *errado*, sem cair na relatividade. O que é *certo* para cristãos, pode não ser para outro grupo religioso, da mesma forma que o que era considerado certo há alguns anos, pode não ser mais válido. Todas essas normas são flexíveis, porque existem muitas variáveis que fazem com que a

² No original: There are no objective values.

regra moral possa ser modificada. Se existem movimentos de ativismo negro que demandam uma ressignificação da moral, a moral deve ser adaptada de acordo com essas demandas sociais. O que é propriamente *o certo* então? Ou ainda *o errado*? Mackie (1977, p. 14) diz ainda “(...) as pessoas aprovam a monogamia porque participam de um modo de vida monogâmico, e, não, participam de um modo de vida monogâmico porque aprovam a monogamia”. Isso significa dizer que agimos de acordo com a moral vigente, porque estamos inseridos em uma determinada sociedade que possui alguns códigos morais estabelecidos. Não seguimos esses códigos morais porque aprovamos eles, ou porque esses códigos morais podem ser universalizados. A força desse argumento, portanto, se dá porque é mais fácil explicar os códigos morais variando de acordo com diferentes sociedades ou grupos, do que propriamente supor que existem valores morais objetivos, sendo a maioria dos códigos morais vigentes distorcida e inadequada.

O segundo argumento, da estranheza (*queerness*), é explicado da seguinte maneira: “Se existissem valores objetivos, então existiriam entidades, qualidades ou relações de um tipo muito estranho, completamente diferente de qualquer outra coisa no universo. De forma correspondente, se estivéssemos conscientes deles, seria por causa de alguma faculdade especial de percepção moral ou intuição completamente diferente de nossos modos comuns de conhecer todo o resto.” (MACKIE, 1977, p. 15) Ou seja, se existem valores *morais* objetivos, como noções do tipo certo e errado, dever e obrigação, seria necessário uma entidade *estranha* da qual não conhecemos, e se conhecêssemos seria por meio de alguma faculdade, como a intuição. O problema é que quando nos perguntamos como temos consciência desses valores objetivos, nenhuma explicação parece fornecer uma resposta satisfatória (MACKIE, 1977, p. 15). Existe uma dificuldade em explicar a necessidade lógica-semântica entre uma ação e um fato moral.

A grande questão que surgiu após a formulação da teoria do erro foi: e agora? (*What's next?*) Sabendo e aceitando a teoria do erro, o que pode ser feito? Algumas respostas surgiram, como o ficcionalismo revolucionário e hermenêutico, o conservadorismo, o propagandismo, o substitucionismo, o abolicionismo, entre outros. Vejamos mais sobre o abolicionismo moral, formulado por Hinkfuss.

1. Abordagem do Abolicionismo de Hinkfuss

O texto *To Hell With Morality* tem como objetivo propor uma resposta a questão da teoria do erro, sugerindo que a moral deveria ser abolida, daí o próprio nome abolicionismo. A moralidade é um sistema que se auto-derrota (*self-defeating*), apesar da maioria das pessoas concordar que a vida é muito mais satisfatória quando se segue as regras morais, do que quando não se segue a moralidade, Hinckfuss diz que na verdade uma sociedade que siga as normas morais é pior do que uma sociedade amoral, porque as leis morais são feitas para proteger uma minoria. A ideia, portanto, é que a moralidade por si só não é intrinsecamente má, mas ela acarreta em consequências ruins, semelhante a uma lógica utilitarista que visa o maior prazer para uma sociedade, Hinckfuss trabalha com a noção de que a moralidade não gera mais felicidade.

A moralidade, segundo Hinckfuss (1987, p. 21), é elitista, autoritária e desonesta, além de acarretar em uma ineficiência para resolução de conflitos, violência física e até mesmo na guerra. Esses são alguns perigos da moralidade. O que nosso autor defende é que a moralidade é um mito. Por que nós seguimos a moral? Por que seguimos o que é determinado como bom e não ruim? O que nos motiva? São questões que Hinckfuss (1987, p. 25) pontua para refletir no que a moralidade acarreta, e como ela surge. Usualmente nos preocupamos com questões de primeira ordem, ou seja, com o que é certo e o que é errado, o que devemos ou não fazer, contudo, o que nosso autor sugere é que devemos refletir um passo antes, questões de segunda ordem, sobre o que é a própria moralidade.

É fundamental que para a moralidade exista, deve haver uma educação moral, em que as pessoas que foram educadas em uma determinada moral, busquem aprovações das suas ações e escolhas, principalmente dos especialistas morais, que são os modelos morais a serem seguidos pela sociedade, como um aluno que se destaca na sala e torna-se “o aluno exemplo”, ou um herói da sociedade. As crianças são motivadas por meio de mecanismos de punição e recompensa, ganhando abraços, presentes ou algo que gostem quando realizam uma ação considerada moralmente boa, e ficam de castigo, por exemplo, quando realizam alguma ação considerada moralmente ruim. Uma criança que, criada nesse cenário, mantenha o hábito de fazer o bem e tenha aversão sobre o mal, pode se tornar um *especialista* moral, um modelo para que os demais da sociedade sigam. Aqueles que tiverem mais convencidos de sua bondade moral, provavelmente serão os líderes

morais pra sociedade. E na fase adulta (HINCKFUSS, 1987, p. 30) também existem mecanismos de punição e recompensa para que todos os humanos sigam a moralidade, como violência física e prisões no caso de punição, e sorrisos, propriedades, honras, poder e privilégio como forma de recompensa. Podemos perceber também que ao realizar uma ação que é considerada moralmente errada, o indivíduo sente culpa ou remorso. Vejamos a seguinte passagem (HINCKFUSS, 1987, p. 27)

Está sendo sugerido, no entanto, que quanto mais moral é uma sociedade, mais é que o poder e a autoridade moral devem ser equiparados. Como essa hierarquia de autoridade moral surgiria e como seria perpetuada?

Lembre-se de que nossa gente educada moralmente deseja desesperadamente fazer o que é certo. Portanto, eles estarão ansiosos para saber o que é certo e o que é errado. Vamos assumir por um momento que o niilista moral está certo - que não há certo ou errado moral e que não existem deveres morais. Nossos agentes morais, é claro, não agirão sobre essa suposição. Eles acreditarão que existem obrigações morais a serem conhecidas. Eles não serão capazes de ver, de outra forma, sentir ou calcular de forma reticional essas obrigações. Não haverá nenhuma obrigação moral de ver, sentir ou calcular. Nem serão capazes de deduzir suas obrigações morais inexistentes de quaisquer verdades que vieram a conhecer.³

De acordo com a passagem acima, podemos perceber que a maior dificuldade enfrentada por uma sociedade moral que foi criada por meio de mecanismos de punição e recompensa, é não conseguir acreditar que não existem obrigações morais. Para essa sociedade, o que é certo deve ser alcançado e o que é errado deve ser evitado, enquanto dever moral. Hinkfuss (1987, p. 31) correlaciona a elite moral com a elite financeira, fazendo uma análise linguística, ou seja, podemos perceber que o uso de algumas palavras como “alto” (*high*) e “elevada” (*elevated*) podem tanto dizer respeito tanto a *status* social, quanto uma pessoa moralmente boa, característica moral. Da mesma forma, se pensarmos nas palavras “vulgar”, “baixo” (*low*), “ordinary” (*comum*), entre outras, dizem respeito a

³ No original: It is being suggested, however, that the more moral a society is, the more it is that power and moral authority are to be equated. How would this hierarchy of moral authority arise, and how would it be perpetuated?

Remember that our morality well-brought-up people desperately want to do what is right. Hence they will be anxious to know what is right and what is wrong. Let us assume for the moment that the moral nihilist is right – that there is no moral right or wrong and that there are no moral obligations. Our moral agents, of course, will not be acting on this assumption. They will believe that there are moral obligations to be known. They will not be able to see or otherwise sense or rationally calculate these obligations. There will not be any moral obligations to see, sense or calculate. Neither will they be able to deduce their nonexistent moral obligations from any truths that they have come to know.

uma moralidade básica, sem destaques, assim como diz respeito a uma sociedade financeiramente desprivilegiada. O *status* moral, portanto, está atrelada ao *status* social.

Uma das teses centrais de Hinckfuss (1987, p. 34), pontuado anteriormente, é que a moralidade pode implicar consequências ruins para a maioria das pessoas, apesar da moralidade aparentar para a sociedade no geral ser algo benéfico para a todos. A questão que nosso autor pontua é: seria uma sociedade amoral mais vantajosa para a sociedade como um todo do que uma sociedade moral? No item 4.2 de seu texto, Hinckfuss pontua que a moralidade gera conflitos, apesar de ter a função justamente contrária de resolução de conflitos. Poderia existir guerra em uma sociedade amoral, assim como “não há garantia de que os agentes morais em conflito escolham a mesma liderança moral ou compartilhem os mesmos ideais morais.”⁴ (HINCKFUSS, 1987, p. 35) Ou seja, não existe uma moralidade universal que possa ser compartilhada de forma a evitar conflitos, as próprias diferenças culturais e até mesmo dentro de uma mesma cultura fazem com que surjam conflitos. Contudo, o que nosso autor defende é que apesar dessas ressalvas, a moral é uma forma de controle de massa e faz com que as pessoas que fazem parte de uma determinada moral ataquem, subjuguem, massacrem pessoas que não fazem parte dessa mesma comunidade ou desse mesmo modo de pensamento. Daí a ideia de que a moralidade causa conflito, é elitista, autoritária e diversas outras características que são negativas.

Hinckfuss finaliza seu texto dizendo: “se você deseja minimizar o conflito e não deseja denegrir generalizadamente, complexos de culpa, elitismo, autoritarismo, desigualdade econômica, insegurança e guerra, jogue a moral fora e pense em como resolver um conflito sem ela.”⁵ (HINCKFUSS, 1987, p. 37) É possível, então, compreender o título de seu texto *To Hell With Morality*, com uma certa dificuldade de tradução, mais literalmente, poderíamos dizer “Para o Inferno com a Moralidade”. A expressão “vai para o inferno” (*go to hell*) possui a ideia de desejar que algo ou alguém suma da sua vida, da mesma forma, o desejo de nosso autor, expresso na escolha do seu

⁴ No original: there is no guarantee that moral agents in conflict will choose the same moral leadership or share the same moral ideals.

⁵ No original: If you want to minimise conflict and you do not want widespread denigration, guilt complexes, elitism, authoritarianism, economic inequality, insecurity and war, then throw morality away and think about how you can resolve conflict without it.

título é de afastar-se da moralidade, desejar que a moralidade suma de nossas vidas, ou seja, abolir a moralidade. Isso pode significar abolir algo que gera muito mais estresse e conflitos do que propriamente algo que é benéfico para todos. Uma vez discutido e aceito a teoria do erro, apresentada anteriormente, não se deve manter a moralidade para Hinckfuss. Para evitar todas as consequências causadas pela moralidade, não devemos modificar parcialmente a moralidade, mas sim aboli-la. Uma importante crítica sobre o abolicionismo moral é relativo a questão prática, formulada por West, como veremos no próximo item.

2. Abordagem Feminista de West

O título do artigo de Caroline West, de 2019, formula a seguinte questão: as feministas devem ser teóricas morais do erro? (*Should Feminists be Moral Error Theorists?*) A ideia por trás dessa pergunta é justamente mostrar a dificuldade em relação ao cunho prático-político que existe em ser um(a) teórica do erro, tendo em vista que quando pensamos que nada é moralmente certo ou errado, estamos abolindo também uma luta social e política. A grande questão que West (2019, p. 196) nos faz é se ao abolir a moral, seria possível também abolir automaticamente os preconceitos arraigados em nossas sociedades, e não seria mais necessário lutar por igualdade de direitos, o que parece muito pouco provável se não impossível de acordo com nossa autora. Abolir a instituição moral, para ela, significaria dificultar a luta feminista. (WEST, 2019, p. 190).

Devido a isso, o ponto central de sua obra é mostrar que apesar da plausibilidade que possa existir na teoria do erro, apresentada acima, aceitá-la e propagá-la implicaria cair numa ilusão de que ajudaria a acabar com o sexismo. Contudo é necessário pensar nas consequências da teoria do erro mais minuciosamente. O fato de negar a crença em valores morais, pode ser benéfico se pensarmos que a moralidade foi construída com base numa elite moral composta por machismo, racismo, homofobia, entre outros preconceitos, sendo que nossa autora se limita a trabalhar com a questão do sexismo. Se pensarmos que conceitos como certo e errado foram fundados nessa elite moral, os conceitos por si só são carregados de preconceito, podem e são opressores para diversos grupos, entre eles para mulheres. Nesse sentido, seria melhor simplesmente abolirmos todos os conceitos, de modo que a opressão deixaria de existir. Contudo, o problema é

que eliminar o preconceito linguístico não implica eliminar o preconceito prático. Da mesma forma que os conceitos podem levar a opressão, podem também ser motivadores para comportamentos melhores que não acarretem em opressão. West (2019, p. 188) diz:

Meus argumentos se voltam para o fato amplamente reconhecido de que as crenças morais têm conexões especiais com motivação e comportamento. Argumentarei que preservar essas conexões é útil – talvez até necessário – para alcançar a reforma social feminista – especialmente na ausência de outras formas de apoio institucional confiável para essa reforma. (...) para realizar aspirações feministas neste mundo, argumentarei, a instituição da moralidade é vital.⁶

Sua tese central, portanto, é a de que a moralidade é necessária para que superemos a opressão, no caso específico, contra mulheres. A moralidade não é a única que promove o patriarcado, temos inúmeras instituições como religião, costumes sociais (WEST, 2019, p. 189) que também fazem parte dessa cultura machista que nos encontramos. Abolir a moralidade não implica abolir todas essas instituições formadoras da moralidade, daí novamente que não acabariam os problemas de opressão em termos práticos simplesmente por negar a crença de valores morais objetivos. Ideias como igualdade salarial, direito ao voto, respeito, partem de uma lógica certo/ errado advinda de uma releitura feminista da moralidade. Não acreditar em valores morais objetivos, implica também em não acreditar nos valores dessa releitura, em valores feministas importantes na luta contra o sexismo.

Caroline West desenvolve em seu artigo três tópicos como defesa para não sermos teóricos do erro, tendo em vista que a crença na moralidade: (1) é uma forma de motivar o ativismo (feminista); (2) de desencorajar comportamento sexista; (3) e de persuadir as pessoas. No primeiro deles, o papel de motivação é fundamental para que exista uma forma de resistência. Definir o que é prejudicial para as mulheres, ou qualquer outra minoria que sofre opressão, parte da ideia de definir que determinadas ações são erradas. A moral dá suporte para que as feministas consigam pontuar o que é problemático e o que pode ser caracterizado como machismo, para que efetivamente possam lutar para mudar a estrutura dessa sociedade preconceituosa.

⁶ No original: My arguments turn on the widely acknowledged fact that moral beliefs have special connections with motivation and behavior. I will argue that preserving these connections is helpful – perhaps even necessary – for achieving feminist social reform – specially in the absence of other forms of reliable institutional support for such reform. (...) to realize feminist aspirations in this world, I will argue, the institution of morality is vital.

O segundo ponto é sobre desencorajar comportamento sexista: o simples fato, de acordo com West (2019, p. 192) do assédio sexual ser moralmente errado, poderia deter uma pessoa ainda que fosse uma tentação. É importante abrir um parênteses aqui para pensarmos que o fato de ser moralmente errado, não impede o assédio moral. Esse está atrelado a sensação de poder, advinda de uma relação hierárquica entre homens e mulheres, muito mais do que prazer. E é necessária ainda assim nos perguntarmos se de fato o assédio moral é moralmente condenável em nossa sociedade, tendo em vista que isso é motivo de orgulho para quem o faz e quem compartilha a ideia, além de culparem a vítima. O papel das feministas, nesse caso, é ressignificar ações como o assédio moral para que de fato seja moralmente condenável. West (2019, p. 192) diz:

Uma hipótese popular entre biólogos, antropólogos e sociólogos da evolução é que as crenças morais são adaptações - naturais e culturais - selecionadas para promover um comportamento pró-social e neutralizar a tendência humana natural de estreitar o interesse próprio.⁷

A ideia da moral como um mecanismo evolutivo, de adaptação, corrobora com a defesa de que a moral é uma forma de motivar a sociedade para fazer ações que não se limitam ao próprio interesse, tendo em vista que o ser humano é muito pouco empático (West, 2019, p. 193). O último ponto traz a tona que a moralidade é uma forma de persuadir a sociedade para agir de acordo com determinadas atitudes e comportamentos que visam uma ação altruísta, sendo o ser humano pouco empático. Eliminar a moralidade implica em eliminar a persuasão para que as pessoas não sejam sexistas.

Logo ao final de seu artigo, West questiona se seria possível uma feminista conciliar a luta contra o sexismo com uma das respostas a teoria do erro. Vejamos algumas das possíveis respostas de nossa autora sobre as diferentes correntes da teoria do erro: a defesa do **propagandismo** implica em não publicizar a verdade da teoria do erro, porque não dizer a verdade seria melhor, implicaria em mais benefício do que propriamente prejuízo. Para West (2019, p. 199), existe uma dificuldade em pensar que um teorista do erro realmente defende a teoria do erro para além das salas de aula, portanto, esconder a verdade da teoria do erro, para a nossa autora, parece desnecessário,

⁷ No original: A popular hypothesis among evolutionary biologists, anthropologists, and sociologists is that moral beliefs are adaptations – both natural and cultural – selected to promote prosocial behavior and counteract the natural human tendency toward narrow self-interest.

uma vez que é pouco provável que ela seja propagada amplamente. O **ficcionalista**, de acordo com West (2019, p. 196), implica em preservar a linguagem moral ainda que não preserve a crença moral, seria um “fazer de conta” (*make-believing*). O problema que nossa autora menciona é que a ideia de “fazer de conta” que acreditamos nos direitos das mulheres, que é justo a igualdade de gênero não é acreditarmos nos direitos das mulheres propriamente, ou seja, não haveria motivação suficiente para que o ficcionalismo defendesse a luta feminista. Fazer de conta que assédio é errado é diferente de dizer que o assédio é errado, e isso implica uma diferença na motivação para agir. O **conservador** preserva tanto as crenças morais quanto a linguagem moral, dizendo que seria a melhor solução para o problema da teoria do erro. Uma dificuldade dessa visão é pensar que provavelmente o conservador enfrentaria problemas de cunho prático-político, no sentido de enfrentar tensões que comprometeriam o comprometimento com lutas sociais (como o feminismo). O **revisionista** busca fazer algumas modificações na moralidade, mas não aboli-la completamente, e o problema que isso acarretaria, de acordo com nossa autora, seria que muitos benefícios da moralidade estão atrelados com situações problemáticas, como a questão do sexismo. Haveria, portanto, uma dificuldade muito grande em revisar a moralidade de modo a eliminar problemas relacionados a preconceitos morais.

West (2019, p. 199) finaliza seu artigo reforçando a sua tese de que uma feminista não poderia, portanto, ser uma teórica do erro, porque eliminar a moral (no caso do abolicionismo moral) ou seguir as demais respostas à teoria do erro acarretaria em regredir as lutas sociais, em especial nesse artigo, o feminismo. Isso porque, como vimos acima, a moralidade tem um papel tríplice: 1) motivar o ativismo; 2) desencorajar comportamentos preconceituosos; 3) papel de persuasão para que as pessoas ajam de acordo com as lutas sociais.

Conclusão

Após a formulação da teoria do erro, que consiste em dizer que não existem valores *morais* objetivos, existiram algumas respostas para a questão “e agora?” (*What’s next?*), dentre elas o abolicionismo moral que tem como objetivo abolir a moral, porque defende – de acordo com Hinckfuss – que a moral é um sistema que se auto-derrota (*self-defeating*) e é criada para privilegiar uma determinada elite moral. O problema que

Caroline West encontrou na defesa do abolicionismo, assim como as demais respostas a teoria do erro, é que não existe uma preocupação com a prática que envolve a moralidade. Abolir a moralidade, não implica em abolir os preconceitos que advieram da moralidade, porque estão arraigados em pensamentos religiosos, tradições locais, entre outros, para além da moral. A conclusão que chego após a leitura dos dois artigos (de Hinckfuss e de West) é que apesar da base do abolicionismo ser internamente coerente, ou seja, tanto as crenças quanto a linguagem são abolidas e não é uma verdade velada, como no propagandismo, é muito pouco provável que as lutas sociais consigam melhorar e ter mais vantagens em uma sociedade amoral, tendo em vista que abolir os preconceitos que a moral carrega na teoria, não implica abolir os preconceitos no cotidiano. Por isso, defender o abolicionismo moral de um ponto de vista de lutas sociais, como o feminismo, é algo pouco provável, se não impossível, como defende nossa autora West.

Referência Bibliográfica

HINCKFUSS, I. **The Moral Society: Its Structure and Effects**. Discussion Papers in Environmental Philosophy 16. Canberra: Philosophy Program (RSSH), Australian National University, 1987.

LUTZ, M. **The ‘Now What’ Problem for error theory**. Springer: Philos Stud, 2013.

MACKIE, J. L. 1977. **Ethics: Inventing Right and Wrong**. New York: Penguin.

MACKIE, J. L. **The Subjectivity of Values, in Ethics: Inventing Right and Wrong** (Penguin, 1977) Tradução: Helke Cunha de Carvalho, Jônatas Rafael Álvares, Máira Mendes Galvão e Nelson Gonçalves Gomes (Universidade de Brasília), 1990.

WEST, C. Should Feminists be Moral Error Theorists? In.: GARNER & JOYCE. **The End of Morality: Taking Moral Abolitionism Seriously**. London: Routledge, 2019.